



# Prefeitura Municipal de Suzano

## Estado de São Paulo

### **LEI Nº 4.855 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014**

Estima a receita e fixa a despesa do município de Suzano para o exercício de 2015, e dá outras providências.

(**Autoria:** Executivo Municipal  
Projeto de Lei nº 124/2014)

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SUZANO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Suzano aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de Suzano para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

**I -** O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**II -** O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**Parágrafo único** – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programáticas (Programas).

### **CAPÍTULO II** **DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **Seção I** **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º.** A receita orçamentária é estimada na forma dos anexos, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 622.336.217,57 (seiscentos e vinte e dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos), e se desdobra em:

**I -** R\$ 512.744.974,69 (quinhentos e doze milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) do orçamento fiscal; e

**II -** R\$ 109.591.242,89 (cento e nove milhões, quinhentos e noventa e um mil e duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos) do orçamento da seguridade social.



# Prefeitura Municipal de Suzano

## Estado de São Paulo

**Art. 3º.** A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>588.328.609,23</b>
Receita Tributária	127.575.000,00
Receita de Contribuições	39.001.679,02
Receita Patrimonial	6.202.357,39
Receita de Serviços	40.000,00
Transferências Correntes	438.464.572,82
Outras Receitas Correntes	30.645.000,00
<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>25.648.515,13</b>
Receitas Correntes Intraorçamentárias	25.648.515,13
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>34.007.608,35</b>
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	19.919.515,35
Operações de Crédito	14.088.093,00
<b>Deduções da Receita</b>	<b>-53.600.000,00</b>
Deduções da Receita Corrente - FUNDEB	-53.600.000,00
<b>Total Geral da Receita (inclui a intraorçamentária)</b>	<b>622.336.217,58</b>
<b>Receita Orçamentária Total (exclui intraorçamentária)</b>	<b>596.687.702,45</b>

## Seção II

### DA FIXAÇÃO DA DESPESA

**Art. 4º.** A despesa do Município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R\$ 622.336.217,57 (seiscentos e vinte e dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos), na seguinte conformidade:

**I -** R\$ 448.651.036,97 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e um mil e trinta e seis reais e noventa e sete centavos) do orçamento fiscal; e

**II -** R\$ 173.685.180,60 (cento e setenta e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e cento e oitenta reais e sessenta centavos) do orçamento da seguridade social.

**Art. 5º.** A despesa fixada está assim desdobrada:

**I -** Por categoria econômica:

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>525.181.876,72</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>54.091.155,15</b>
Reserva de Contingência	5.493.149,30
Reserva de Contingência RPPS	37.570.036,40
<b>Total Geral R\$</b>	<b>622.336.217,57</b>



# Prefeitura Municipal de Suzano

## Estado de São Paulo

### II - Por órgãos de governo:

Câmara Municipal de Suzano	22.6465.95,89
Gabinete do Prefeito	4.736.000,00
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	13.746.941,30
Secretaria Municipal de Assuntos Administrativos	31.333.372,77
Secretaria Municipal da Fazenda	30.674.313,58
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	2.840.000,00
Secretaria Municipal de Cultura	5.537.000,00
Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer	6.916.580,00
Secretaria Municipal de Educação	163.017.381,15
Secretaria Municipal de Saúde	141.569.969,82
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	38.459.883,66
Secretaria Municipal de Governo	1.038.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação Institucional	4.505.000,00
Secretaria Municipal de Defesa Civil e Social	11.484.500,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2.667.000,00
Secretaria Municipal de Assuntos Urbanos	7.622.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Financeira	7.861.093,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.588.000,00
Secretaria Municipal de Serviços e Manutenção	55.118.000,00
Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana	19.133.550,00
Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	3.833.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Governo Comunitário	970.000,00
Secretaria Municipal de Controladoria Geral	1.030.000,00
<b>Total</b>	<b>555.681.585,28</b>
Instituto de Previdência Municipal de Suzano – IPMS	44.008.036,40
<b>Total Geral</b>	<b>622.336.217,57</b>

### III - Por Modalidade de Aplicação:

Modalidade de Aplicação (código e descrição)	
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	19.401.915,20
70 - Rateio pela participação de Consórcio Público	1.000,00
71 - Transferências a Consórcios Públicos	110.000,00
90 – Aplicações Diretas	534.111.601,54
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	25.648.515,13
99 – Reserva de Contingência (inclui RPPS)	43.063.185,70
<b>Total Geral</b>	<b>622.336.217,57</b>



# Prefeitura Municipal de Suzano

## Estado de São Paulo

### Seção III

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

**Art. 6º.** Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos nesta lei:

**I -** Até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e

**II -** Até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

**Art. 7º.** No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

**I -** necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

**II -** vinculadas a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

**III -** destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

**IV -** destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de 1/5 (um quinto) da receita prevista para o exercício;

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 8º.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária do exercício de 2015, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal pertinente e em obediência ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000.

**Art. 9º.** As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes do exercício de 2015.

**Parágrafo Único** – As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.



# Prefeitura Municipal de Suzano

## Estado de São Paulo

**Art. 10.** As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

**Art. 11.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Paço Municipal “Prefeito Firmino José da Costa”, 23 de dezembro de 2014, 65º da Emancipação Político-Administrativa.

**PAULO FUMIO TOKUZUMI**  
Prefeito Municipal

**JORGE MASSAYUKI TOKUZUMI**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Financeira

**ALEXANDRE DIAS MACIEL**  
Secretário Municipal dos Assuntos Jurídicos

Registrado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, publicado na portaria do Paço Municipal “Prefeito Firmino José da Costa”, e demais locais de costume.

**ANDRÉ GONÇALVES DA SILVA**  
Matrícula - 1953